

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DE PROFESSORES DE ESCOLAS PÚBLICAS DE ITUIUTABA-MG

Renata Vieira Souza

Universidade Federal de Uberlândia, Faculdade de Ciências Integradas do Pontal
Pós-Graduação em Geografia, Ituiutaba, MG, Brasil
renata00@hotmail.com

Maria Beatriz Junqueira Bernardes

Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Geografia, Uberlândia, MG, Brasil
mbeatriz@ufu.br

RESUMO

A educação ambiental emerge em meio ao contexto de uso inadequado dos bens coletivos em diferentes escalas espaço-temporais. Assim, a necessidade de formar cidadãos comprometidos com as questões socioambientais é um dos grandes desafios da educação ambiental neste século. Neste sentido a pesquisa objetivou compreender as concepções e as práticas de educação ambiental dos professores em escolas públicas do município de Ituiutaba-MG. Os procedimentos metodológicos que ampararam o estudo foram centrados na revisão teórica em teses, dissertações, livros e artigos que abordam a temática do trabalho, pesquisa documental com a consulta dos Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) das unidades escolares, além de entrevistas com os professores de diferentes disciplinas do ensino fundamental dos anos finais. Os dados obtidos foram organizados, sistematizados e analisados sendo possível constatar o predomínio das visões naturalista e antropocêntrica na percepção ambiental dos docentes. As concepções de educação ambiental dos entrevistados situadas no âmbito da perspectiva conservadora demonstraram uma forte preocupação com a preservação e conservação dos recursos naturais. Compreender a problemática ambiental requer uma visão complexa de meio ambiente em que a natureza integre uma rede de relações não apenas naturais, mas também sociais e culturais.

Palavras-chave: Educação ambiental. Práticas pedagógicas. Escolas públicas de Ituiutaba-MG.

ENVIRONMENTAL EDUCATION: CONCEPTIONS AND PRACTICES OF TEACHERS OF PUBLIC SCHOOLS OF ITUIUTABA-MG

ABSTRACT

The environmental education emerges in a context that derives from the inappropriate usage of collective goods in different temporal-spatial scales. Thus, the need to create conscientious citizens who are committed to social-environmental issues is one of the biggest challenges concerning this century's environmental education. In this respect, this research aimed to comprehend the concepts, and the environmental education practices of the teachers at public schools in Ituiutaba – MG. The methodological procedures that sustained this study were centered in theoretical reviews of theses, dissertations, books and articles that approach the present topic; literature research from the schools' educational-political projects (Projetos Político Pedagógicos – PPP), in addition to interviews with different teachers from the last years of elementary school. The collected data was organized, systematized and analyzed. That made it possible to determine the dominance of naturalist and anthropocentric views concerning the teachers' environmental perception. From that, we could realize that the perception of environmental education of those surveyed is nestled in the conservative perspective scope. That was possible the moment they showed a strong concern about the conservation and preservation of natural sources. On the other hand, understanding the environmental conflict requires a complex view on environment, in which the nature is part of a network that not only consists of natural relationships, but social and cultural too.

Keywords: Environmental education. Pedagogical practices. Public schools in Ituiutaba-MG.

INTRODUÇÃO

A sociedade ocidentalizada muito contribuiu para as alterações no meio ambiente. Sua estrutura organizacional tem levado não só à deterioração de biomas, como também à escassez de recursos naturais em âmbitos local e planetário. Desse modo, as questões ambientais são refletidas em todo o mundo, afetando as diversas sociedades humanas. Assim, a necessidade de formar cidadãos comprometidos com as questões socioambientais é um dos grandes desafios da educação ambiental neste século.

Diante disso, a manutenção da vida a conservação e a manutenção dos recursos naturais deverão, portanto, ser amplamente discutidas em todos os seguimentos da sociedade, especialmente, no âmbito da educação formal. Acreditamos que a educação ambiental possa ser o caminho para a transformação de mentalidades e de atitudes na relação homem/meio-ambiente.

A Lei nº. 9.795/99, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA, assegura, em seu artigo 2º, que “a educação ambiental é um componente essencial e permanente na educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal”.

Outra recomendação que compreende a perspectiva da educação ambiental refere-se aos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (1997), que constituem um instrumento de referência mínima para os currículos do ensino fundamental nos estados e municípios, sendo flexíveis e adaptáveis para a realidade local. O meio ambiente, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (1997) é um dos temas transversais devendo ser trabalhado com enfoque nos aspectos sociais, econômicos, políticos e ecológicos. Como tema transversal, o meio ambiente é uma temática que perpassa todas as disciplinas.

Por trabalhar com a transversalidade, a educação ambiental é uma práxis educativa que tem como metas a construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes que permitem o entendimento da realidade de vida e a atuação lúcida e responsável de atores sociais em caráter individual e coletivo no ambiente (LOUREIRO, 2002).

Para uma verdadeira transformação do cenário de crise estrutural e conjuntural no qual estamos inseridos, a educação ambiental pode ser definida como elemento estratégico para a formação de uma consciência crítica das relações sociais e de produção que situam a inserção humana na natureza. Assim, a educação realizada nas instituições formais de ensino representa significativa importância, para fomentar o questionamento crítico ao estilo de vida adotado pelo homem contemporâneo e levá-lo a transformações.

Apesar das recomendações previstas na Lei nº. 9.795/99, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental e as orientações dos PCNs (1997), dentre outras políticas públicas existentes, reconhecida como educação ambiental enfrenta problemas de diversas ordens, como dificuldades em elaborar e executar projetos, pouco ou nenhum incentivo por parte da comunidade escolar. Embora fragilizada, a educação ambiental vem se disseminando no ambiente escolar brasileiro e já é uma realidade para os professores, inclusive nas instituições de ensino de Ituiutaba-MG.

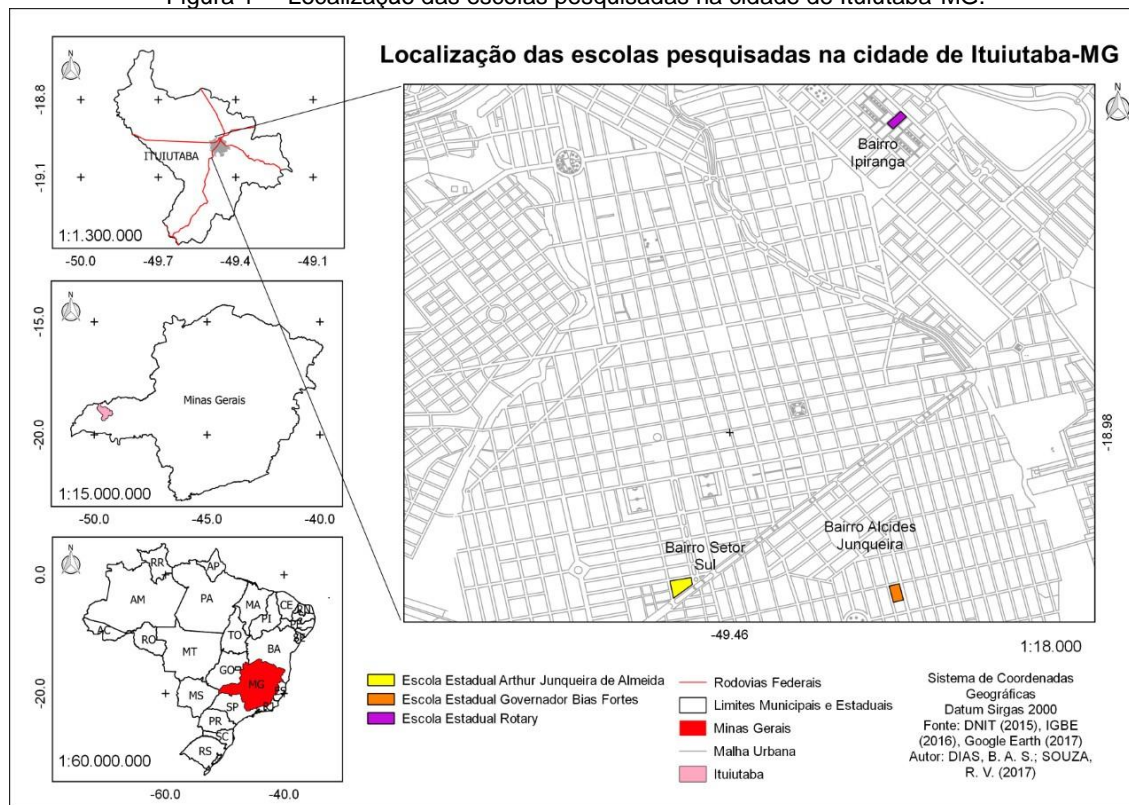
Para Carvalho (1995), conhecer o que pensam os professores sobre meio ambiente e educação ambiental é uma estratégia de fundamental relevância para que se direcionem ações e propostas a um programa de educação ambiental. Neste contexto, a educação ambiental apresenta-se como uma forte aliada para a mudança de valores, de concepções de mentalidades e de atitudes na relação homem-ambiente e homem-homem.

Esta pesquisa objetivou compreender as concepções e as práticas de educação ambiental dos professores em escolas públicas de Ituiutaba-MG. Para se pensar a educação ambiental faz-se necessário inseri-la no horizonte educativo. A escolha do tema educação ambiental associada ao universo educativo fundamenta-se em uma experiência pessoal, pois como professora da rede estadual de ensino, tenho me deparado com diferentes concepções e práticas de educação ambiental de professores. Este trabalho é um recorte da dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Pontal/FACIP/UFU em agosto de 2017, com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

Considera-se que conhecer o que os professores pensam sobre educação ambiental possibilitará a estruturação de programas formativos ou de formação continuada contribuindo, assim, para a reflexão sobre o trabalho que desenvolvem, a fim de identificarem, em suas próprias ações, possibilidades e limites no trato de uma dada temática.

A pesquisa foi desenvolvida na cidade de Ituiutaba-MG. Este município localiza-se na porção oeste do Estado de Minas Gerais, na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, a 685 km da capital, Belo Horizonte (Figura 1). Quanto às unidades escolares da rede estadual de ensino, Ituiutaba conta com trinta unidades ligadas a 16ª SRE (Superintendência Regional de Ensino) de Ituiutaba-MG.

Figura 1 – Localização das escolas pesquisadas na cidade de Ituiutaba-MG.



Fonte – DNIT (2015), IBGE (2016), Google Earth (2017).
Autor – Dias, B. A.; SOUZA, R. V. (2017).

METODOLOGIA

No desenvolvimento do estudo optou-se por trabalhar com três escolas da rede estadual de ensino de Ituiutaba-MG e, como participantes, foram selecionados educadores do ensino fundamental dos anos finais (6º ao 9º ano) do período matutino. As escolas e os níveis de ensino pesquisados foram escolhidos de maneira aleatória.

No intuito de conhecer as concepções e as práticas de educação ambiental dos professores, foram realizadas entrevistas com docentes de Geografia, História, Matemática, Português, Educação Física e Ciências. É importante ressaltar que foram convidados a participar da entrevista todos os professores que ministravam aulas de disciplinas obrigatórias do ensino fundamental – anos finais (6º ao 9º ano) do período matutino de cada escola, entretanto, alguns professores não se dispuseram a participar da entrevista; alegaram falta de tempo, muitas atividades para realizar, dentre outros. No total, participaram 20 educadores das três escolas. Neste estudo, optou-se pela pesquisa qualitativa, pois a metodologia para essa abordagem se mostrou a mais eficiente para que os objetivos propostos pudessem ser alcançados.

As entrevistas tiveram duração de 20 a 30 minutos, e os participantes foram abordados na própria escola durante o período de módulo – horário em que os docentes estão na escola para o cumprimento da carga horária e realizam atividades como elaboração de aulas, avaliações, entre outras atividades.

Para Ribeiro (2008), a entrevista se apresenta como a técnica mais pertinente quando se quer obter informações a respeito do objeto, pois possibilita conhecer atitudes, sentimentos e valores subjacentes ao comportamento, o que significa que se pode ir além das descrições das ações, incorporando novas fontes para a interpretação dos resultados pelos próprios entrevistadores.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A educação ambiental apresenta uma história que a relaciona com as conferências mundiais e com os movimentos sociais em todo o mundo. Surgiu da intensa preocupação da sociedade com o futuro da vida e com a qualidade da existência de todos os seres vivos. (CARVALHO, 2012).

A formulação da problemática ambiental foi consolidada primeiramente pelos movimentos ecológicos, que já eram observados desde a década de 1960. De acordo com Guimarães (1995), a questão ambiental ganhou repercussão mundial a partir da Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, em 1972.

Para Carvalho (2012), os movimentos ecológicos foram os responsáveis pela compreensão da crise como uma questão de interesse público, em função de sua preocupação com uma prática de tomada de consciência capaz de chamar a atenção para a finitude dos recursos naturais e sua má distribuição. Somente em um segundo momento, contudo, é que a educação ambiental foi se transformando em uma proposta educativa.

Conforme Brugger (2004), na década de 1970, o movimento ecológico no Brasil, encontrava-se em seu estágio inicial, pois o país vivia um período político autoritário e opressor reconhecido como a ditadura militar. Na ocasião, alguns atos isolados eram desenvolvidos, porém, sem grande reconhecimento nacional e institucional. Somente na década seguinte, com a transição do regime autoritário para um regime mais democrático, que se pôde observar uma maior adesão da sociedade e estudiosos às questões ambientais.

Brugger (2004) corrobora Guimarães (1995) ao afirmar que o marco histórico da educação para o meio ambiente se situa na Conferência de Estocolmo, em 1972. Conforme Reigota (2012), uma importante resolução evidenciada nessa Conferência foi o dever de educar o cidadão e a cidadã para a solução dos problemas ambientais. Para esses autores, neste momento, é que surgiu o que se convencionou chamar de educação ambiental.

No plano nacional, segundo Carvalho (2012), o evento não governamental mais significativo para o avanço da educação ambiental foi o Fórum Global, ocorrido paralelamente à Rio-92. Na ocasião, o Fórum Global reuniu ONGs e movimentos sociais de todo o planeta que, juntos, formularam o Tratado de Educação Ambiental para sociedades sustentáveis, cuja importância esteve em definir o marco político para o projeto pedagógico da educação ambiental.

No entanto, a educação ambiental apresenta-se por meio de diversas nuances, para Brugger (2004), a partir da perspectiva conservacionista tem-se um exemplo clássico que são as campanhas escolares com os slogans: “Plante uma árvore no dia da árvore” ou “Não polua as águas no dia mundial da água”. “Na perspectiva conservacionista ou tradicional, por seu caráter essencialmente técnico,” poucas ações são realizadas, o que a referida autora denominou como um “adestramento” em vez de educação.

A busca por uma prática que adote princípios ecológicos desejáveis e uma mudança de atitude fez surgir a educação ambiental crítica (transformadora) em um movimento de oposição aos reducionismos verificados na concepção conservadora. A crise do ambiente exige que a educação seja mediadora da atividade humana, articulando teoria-prática.

Conforme Lima (2009), uma prática pedagógica que pretende ser crítica compreende o educando como um sujeito autônomo, que possui uma história, é parte de um contexto social e familiar, tem conhecimentos ligados ao censo comum, da vida cotidiana.

Para Leff (2001), a educação ambiental promove a construção de saberes pessoais e subjetivos, uma vez que este não são saberes prontos e acabados, mas sim um processo educativo que fomenta a capacidade de construção e noção de conceitos, tendo como ponto de partida as representações que o educando possui de seu meio. Para tanto, o professor deve sair da sua prática pedagógica reprodutivista,

ou seja, educação “bancária” mencionada por Paulo Freire, que favorece uma educação tecnocrática e conservadora.

Para Loureiro (2004), a educação ambiental convencional está centrada no indivíduo e norteia o ato educativo, com um determinado padrão concebido como atitudes corretas com a natureza, reproduzindo o dualismo natureza-cultura, para se adotar e para se aceitar a ordem social estabelecida como condição dada, sem crítica às suas origens históricas.

Para Guimaraes (2004, p. 26-27),

A educação ambiental que denominou conservadora se alicerça nessa visão de mundo que fragmenta a realidade, simplificando e reduzindo-a, perdendo a riqueza e a diversidade da relação. Centrada na parte vela a totalidade em suas complexas relações, como na máquina fotográfica que ao focarmos em uma parte desfocamos a paisagem. Isso produz uma prática pedagógica objetivada no indivíduo (na parte) e na transformação de seu comportamento (educação individualista e comportamentalista). Essa perspectiva foca a realização da ação educativa na terminalidade da ação, compreendendo ser essa terminalidade o conhecimento retido (“educação bancária” de Paulo Freire) e o indivíduo transformado.

A educação ambiental, na perspectiva conservadora, argumenta que o meio ambiente é tão somente o natural, ou seja, não considera que os seres humanos façam parte do meio ambiente, e busca tão somente a conservação dos recursos naturais.

Na prática, a formação conservadora responsabiliza o indivíduo pelos graves problemas ambientais da contemporaneidade. Nesse viés, discutem-se na escola problemas relacionados à ação do cidadão no dia a dia, como o uso dos recursos naturais disponíveis direta ou indiretamente, tais como água, energia elétrica, alimentos, bens de consumo e não se apresenta uma discussão sobre os verdadeiros responsáveis pela chamada crise ambiental. Dessa forma, os educandos nem sempre estarão capacitados a entender criticamente as dimensões econômicas, históricas, biológicas e sociais dos problemas socioambientais, levando a educação ambiental a um conjunto de práticas, pouco crítica, que não questionam a verdadeira raiz do problema.

Guimarães (2004) acredita na necessidade de reflexão sobre essa fragilidade que paira sobre a educação ambiental na escola como prática pedagógica e sugere a formação de um educador ambiental crítico. Ao refletirmos sobre isso consideramos que a educação ambiental deve surgir a partir da própria realidade em que estão inseridos os atores que compõem a sociedade. Conforme o autor, o alcance de uma educação ambiental transformadora deve garantir a participação de segmentos sociais mais fragilizados, entre eles, movimentos populares, e acrescenta que esta participação só se concretizará criando um comprometimento com o processo.

Uma educação ambiental transformadora nas escolas deve pressupor um educador ambiental crítico, ou seja, um educador que reflita sobre sua prática cotidiana. O sentido de educar ambientalmente desperta a sensibilização para o problema.

Para Guimarães (2004, p. 86),

Não basta mais sabermos o que é certo ou errado em relação ao meio ambiente. Só a compreensão da importância da natureza não tem levado à sua preservação por nossa sociedade. Precisamos, também, superar a noção de sensibilizar, que, na maior parte das vezes, é entendida como compreender racionalmente, sensibilizar envolve também o sentimento, o amar, o ter prazer em cuidar, a forma como cuidamos dos nossos filhos. É o sentido de doação, de integração, de pertencimento à natureza.

Carvalho (2012) destaca a educação ambiental como um processo de mudanças sociais e culturais que visa obter do conjunto da sociedade tanto a sensibilização à crise ambiental e à urgência em mudar padrões de uso e consumo contemporâneos, seja no âmbito da escola formal ou não. Nesse sentido, é necessário que todos os atores envolvidos no processo educacional estejam preparados para lidar com a educação ambiental.

Sobre as atribuições, elas idealizam um ponto de equilíbrio entre as necessidades sociais e ambientais e percebem a educação ambiental como possibilidade de transformação da sociedade atual como mediadora na busca de novos valores.

A práxis educativa transformadora é, portanto, aquela que fornece ao processo educativo as condições para a ação modificadora e simultânea dos indivíduos e dos grupos sociais; que trabalha a partir da realidade cotidiana visando a superação das relações de dominação e de exclusão que caracterizam e definem a sociedade contemporânea (LOUREIRO, 2003, p. 42).

Na perspectiva da educação ambiental crítica, questionar o padrão de sociedade vigente se faz presente sempre. Porém, resumir em apontamentos as contradições que estão postas não assinala para uma transformação da realidade. Desse modo, Loureiro (2007) defende a autocrítica, a aceitação de que mesmo na busca de superação da realidade, tal como está posta, algumas dificuldades, erros e incertezas são admissíveis e inerentes ao processo de transformação dessa realidade. Loureiro (2007, p. 70) afirma que:

Para a educação ambiental crítica, a emancipação é a finalidade primeira e última de todo o processo educativo que visa a transformação de nosso modo de vida; a superação das relações de expropriação, dominação e preconceitos; a liberdade para conhecer e gerar cultura, tornando-nos autônomos em nossas escolhas.

A educação ambiental crítica tem suas raízes nos ideais democráticos e emancipatórios do pensamento crítico aplicado à educação. Crítica no sentido de contribuir para uma mudança de valores e atitudes, colaborando para a formação de um sujeito ecológico. Para Carvalho (2012, p. 67), o sujeito ecológico:

[...] é um sujeito ideal que sustenta a utopia dos que creem nos valores ecológicos, tendo, por isso, valor fundamental para animar a luta por um projeto de sociedade bem como a difusão desse projeto. Não se trata, portanto, de imaginá-lo como uma pessoa ou grupo de pessoas completamente ecológicas em todas as esferas de suas vidas ou ainda como um código normativo a ser seguido e praticado em sua totalidade por todos os que nele se inspiram. Em sua condição de modelo ideal, é, pois, importante compreender quais são os valores e crenças centrais que constituem o sujeito ecológico e como ele opera como uma orientação de vida, expressando-se de diferentes maneiras por meio das características pessoais e coletivas de indivíduos e grupos em suas condições sócio-históricas de existência.

No próximo item abordar-se-á as concepções de educação ambiental dos educadores das três escolas. Eles possuem um importante papel para valorizar a educação ambiental como uma ação educativa que deve estar presente no currículo, de forma transversal e interdisciplinar, articulando o conjunto de saberes, formação de atitudes e sensibilidades ambientais, responsabilidade, compromisso, solidariedade que constituem aspectos fundamentais para a formação do sujeito ecológico.

CONCEPÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Buscou-se compreender as concepções de educação ambiental dos participantes da pesquisa a fim de situá-las em suas vertentes. Sobre a visão reducionista, destacou-se, conforme Carvalho (2012) e Guimarães (1995), a percepção dos professores em relação à educação ambiental ligada diretamente à questão ecológica. A educação conservacionista parte do princípio de que o meio ambiente o é, apenas em sua parcela, natural. O ser humano é omitido desta equação. Cabe a ele, apenas, o entendimento dos processos para o aprimoramento da conservação dos ambientes naturais.

Esses relatos estão de acordo com uma das características da vertente conservacionista, ou seja, ações pontuais como comemoração o dia da água, do meio ambiente, da árvore. Devem-se considerar os valores inerentes à vida, pois os “ensinamentos conduzem ao uso racional dos recursos naturais e à manutenção de um nível ótimo de produtividade dos ecossistemas naturais ou gerenciados pelos seres humanos” (BRÜGGER, 2004, p. 35).

Segundo o conservacionismo, ideia precursora da concepção do Desenvolvimento Sustentável, é fundamental a compreensão do funcionamento dos processos, ou seja, conhecer a origem dos produtos, fontes da matéria-prima, recursos necessários para produzi-lo e finalmente o destino dado quando não

tiveram mais serventia. Dessa forma, contribuir-se-á para a utilização dos recursos naturais de modo consciente e ecologicamente correto. Nesta concepção, os processos naturais e ambientais acontecem de forma específica, metódica e fragmentada, de tal modo que, o conhecimento de técnicas e boas práticas de manejo, vinculadas a estes processos, podem potencializar o uso sustentável dos recursos e erradicar, assim, os impactos ambientais gerados pelo uso incorreto destes recursos.

Nos discursos dos entrevistados, no Quadro 1 percebeu-se uma clara preocupação com a conservação e preservação dos recursos naturais, ou seja, uma visão reducionista de educação ambiental.

Quadro 1 – Educação ambiental na concepção dos participantes.

- P1 - “É cuidar do meio ambiente”.*
P2 - “É a conservação, preservação, conscientização para a preservação dos recursos naturais”.
P3 - “A educação ambiental é um assunto a ser trabalhado em sala de aula e deve ser ampliado para a comunidade em geral, família, comunidade escolar”.
P4 - “A forma racional e efetiva para conscientização do aluno como cidadão”.
P5 - “É aquela que desde cedo tem que ser efetivada não só na escola, mas no seio familiar, pois o ser “educado” vive num “ambiente” saudável e valorizará pelas gerações futuras o mundo em que vive”.
P6 - “A educação ambiental pra mim é importante, mas a metodologia utilizada não alcança um grande público”.
P7 - “A educação ambiental é necessária para a conservação e continuidade das espécies”.
P9 - “Deveria ser uma disciplina obrigatória”.
P10 - “É uma forma de que precisamos preservar o meio ambiente. Dependemos dele para sobreviver”.

Fonte – Entrevista dos participantes da pesquisa.
Org.: SOUZA, R. V. (2017).

Fizeram-se alguns questionamentos direcionados aos participantes que desenvolveram projetos/atividades de educação ambiental na escola de atuação (40% dos docentes pesquisados). Indagamos os participantes sobre o nome do projeto/atividade; se o mesmo foi ou é disciplinar ou interdisciplinar; o tema/assunto abordado; onde estava sendo ou foi desenvolvido o trabalho, as dificuldades encontradas e se o projeto/atividade foi sugerido pela Diretoria de Ensino e/ou Secretaria de Educação. Por meio das respostas, foi possível identificar a principal atuação dos licenciados em Ciências Biológicas e Geografia, com tendência à realização de atividades individuais, somente na própria disciplina. Conforme Fazenda (2002), o trabalho interdisciplinar possibilita identificar que o vivido resulte da inter-relação de múltiplas e variadas experiências. Para que possamos nos situar no mundo de hoje, é preciso compreendermos e criticarmos inúmeras informações que nos agridem no dia a dia. Isso poderá acontecer com a superação das barreiras existentes entre as disciplinas. Assim, a preocupação com a verdade de cada disciplina seria substituída pela verdade do homem como um ser no mundo.

As atividades desenvolvidas pelos docentes ocorreram na própria escola. Isso reforça a execução da atividade ora na sala de aula, ora no pátio da escola. Para Freire (1996) aprender é construir, reconstruir, constatar para mudar, o que não se faz sem abertura ao risco e à aventura do espírito. É possível afirmar que toda prática educativa demanda a existência de sujeitos, um que, ensinando aprende outro que, aprendendo, ensina. Envolve o uso de métodos, de técnicas, de materiais; implica, devido ao seu caráter diretivo, objetivo, sonhos, utopias, ideias. Realizar descobertas.

Chamou atenção também, o fato de os estudantes não se envolverem para a realização das atividades, uma vez que são estudantes do 6º ao 9º anos do Ensino Fundamental, que comumente são participativos e interessados. De acordo com Freire (1996) é preciso discutir com os estudantes a realidade concreta a

que se deva associar a disciplina, cujo conteúdo se ensina, a fim de estabelecer uma relação entre os saberes curriculares fundamentais deles e a sua experiência social como indivíduos.

Observou-se, também, que, de acordo com as respostas obtidas, a Secretaria de Ensino sugere a realização de projetos/atividades que propiciam utilizar outros materiais além do livro didático. Para melhor compreensão dos dados, criou-se o quadro 2, através do qual, é possível encontrar, de maneira objetiva, as respostas dos entrevistados.

Quadro 2 – Detalhamento dos projetos/atividades de educação ambiental.

PARTICIPANTES E ÁREA DE FORMAÇÃO	NOME DO PROJETO/TEMA	NATUREZA	LOCAL	DIFICULDADES	SUGERIDO PELA SECRETARIA DE ENSINO
P2 Geografia	Desenvolvimento sustentável.	Disciplinar	Na própria escola, no jardim, no pátio ou outra dependência.	Desinteresse dos alunos.	Sim, alguns
P3 Ciências Biológicas	Rejeitos/Vegetação nas praças	Disciplinar	Na comunidade	Não foram encontradas dificuldades	Não
P4 Ciências Biológicas	Educação ambiental além da escola/ saúde, meio ambiente, cuidado com os animais e natureza	Interdisciplinar	Na própria escola, em sala de aula.	Não foram encontradas dificuldades, pois me adequiei	Sim, todos
P5 Letras	Educação ambiental além da escola/cuidado com os animais	Interdisciplinar	Na própria escola, em sala de aula.	-	Sim, todos
P7 Geografia	Agenda 21/preservação ambiental – planeta água	Disciplinar	Na própria escola, no jardim, no pátio ou outra dependência.	Não tivemos o envolvimento dos alunos	Sim, alguns
P8 Ciências Biológicas	Água/plantio de mudas	Disciplinar	Na própria escola, no jardim, no pátio ou outra dependência.	-	Sim, alguns
P11 Matemática	Dengue/recolhendo o lixo em volta e dentro da escola/ plantio de mudas ornamentais	Interdisciplinar	Na própria escola, no jardim, no pátio ou outra dependência. No entorno da escola.	Pouca participação dos alunos e indisciplina.	Sim, alguns
P14 Geografia	Poluição das águas	Disciplinar	Na própria escola, em sala de aula.	Falta de compromisso e interesse dos alunos	Sim, alguns

Fonte – Formulário respondido pelos participantes da pesquisa.
Org.: SOUZA, R. V. (2017).

Na Tabela 1, estão organizadas as respostas dos professores para o seguinte questionamento: Quais são seus principais anseios no que se refere a essa “nova” dimensão da educação que lhes foi dada “educação ambiental”?

Dos entrevistados, 45% mencionaram que um dos seus principais anseios é despertar no aluno a preocupação individual e coletiva para a questão ambiental. Levar os alunos à tomada de consciência sobre suas atitudes são as aspirações de 35% dos entrevistados. Os 10% mencionaram que garantir a conservação dos recursos naturais corresponde a um dos seus principais anseios; já desenvolver no aluno a tomada de consciência crítica para as questões socioambientais corresponde às aspirações de 10% dos entrevistados (Tabela 1).

Tabela 1 – Anseios dos professores no que se refere à educação ambiental.

ANSEIOS DOS PROFESSORES PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL	PARTICIPANTES	%
Levar os alunos à tomada de consciência sobre suas atitudes	7	35%
Apenas desempenhar o papel que lhes foi atribuído	-	-
Garantir a conservação dos recursos naturais	2	10%
Despertar no aluno a preocupação individual e coletiva para a questão ambiental	9	45%
Desenvolver no aluno a consciência crítica para as questões socioambientais	2	10%
Total	20	100%

Fonte – Formulário respondido pelos participantes da pesquisa.
Org.: SOUZA, R. V. (2017).

A partir da análise dos resultados acima, foi possível identificar que os professores compreendem a educação ambiental como uma importante ferramenta de orientação para a tomada de consciência dos indivíduos frente aos problemas ambientais. Contudo, as estratégias de inserção da educação ambiental em suas práticas pedagógicas ainda se apresentam de maneira superficial, ou seja, acontecem por meio de práticas pontuais. Os formadores, com base nas respostas obtidas, possuem uma visão naturalista do meio ambiente em que a educação ambiental deve apenas levar à conservação de recursos naturais. É preciso avançar, na abordagem, as relações estabelecidas com a natureza e na natureza e com homens entre si.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da presente pesquisa indicaram que a educação ambiental não está inserida nos conteúdos programáticos das diversas disciplinas das escolas estudadas. Há, todavia, o interesse por parte dos educadores, em desenvolvê-las, como foi possível comprovar por meio das atividades/projetos mencionadas pelos entrevistados.

Percebeu-se que as concepções de educação ambiental dos entrevistados estão situadas na perspectiva conservadora, pois demonstram, em suas falas, uma forte preocupação com a preservação dos recursos naturais. A educação conservacionista apresenta o meio ambiente com uma visão naturalista; o ser humano é deixado de lado, cabendo a ele, apenas, o entendimento dos processos para o aprimoramento da conservação dos ambientes naturais.

Por meio da entrevista com os professores, foi possível identificar que suas falas denotam uma simplicidade que, muitas vezes, tem sido concebida e aplicada à educação ambiental, restringindo-a tão somente aos processos de tomada de consciência ambiental. Não queremos negar a importância da

sensibilização para a preservação, mas assinalar que falta aos educadores um embasamento teórico que os capacite a promover nos estudantes a reconstrução de conhecimentos e valores ambientais que superem o respeito puro e simples à natureza. É preciso buscar caminhos para fazer da educação ambiental uma proposta voltada para a transformação da escola, do mundo, da sociedade e de seus indivíduos, para que se possa de fato, em sua atuação, contribuir para a construção de uma sociedade ambientalmente sustentável. A educação ambiental crítica aponta para transformações da sociedade em direção a novos paradigmas de justiça social e qualidade de vida.

A formação dos docentes deve ser centrada em uma concepção da educação em que a questão ambiental incorpore a preocupação com a qualidade ambiental, o ambiente com meio abiótico e biótico com suas relações de interdependência, para a obtenção da qualidade ambiental. Essas relações interdependentes devem manter um estado de equilíbrio.

Frente aos graves problemas ambientais que nos atingem em vários níveis, a educação ambiental se torna cada vez mais necessária. Diante dos relatos obtidos com esta pesquisa, sugerir-se-á uma nova orientação ao processo de formação de professores, que, entre outros aspectos, integre a pesquisa e o ensino sobre questões ambientais. Torna-se evidente a importância de realizar diferentes atividades/ações com o corpo docente e com a equipe escolar, buscando, sobretudo, contextualizar as atividades de educação ambiental em todas as áreas do conhecimento, por meio de projetos que envolvam o maior número de estudantes, corpo docente e demais servidores da instituição.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais: meio ambiente, saúde*. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC, 1997.

_____. Lei nº. 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm>. Acesso em: 10 fev. 2017.

BRUGGER, P. *Educação ou adestramento ambiental*. 3. ed. rev. e ampl. Chapecó: Argos; Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

CARVALHO, I. C. de M. *Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012. <https://doi.org/10.18675/2177-580X.vol4.n2.p127-134>

_____, I. C. de M. Movimentos sociais e políticas de meio ambiente. A educação ambiental onde fica? In: FÓRUM DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 3, 1995, São Paulo. Cadernos... São Paulo: Gaia, 1995. p. 58-62.

FAZENDA. I. C. A. *Interação e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia*. 5.ed. São Paulo: Loyola, 2002.

FREIRE. P. *Pedagogia da autonomia saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GUIMARÃES, M. *Educação Ambiental: No consenso um embate?* 4. ed. Campinas: Papirus, 2000.

_____. *A dimensão ambiental na educação*. Campinas, SP: Papirus, 1995.

_____. *A formação de educadores ambientais*. Campinas, SP: Papirus, 2004.

LAYRARGUES, P. P. Educação ambiental crítica. In: _____. *Identidades da Educação Ambiental Brasileira*. Brasília: MMA, 2004.

LEFF, E. *Epistemologia ambiental*. São Paulo: Cortez, 2001. 239 p.

LIMA, G. F. C. da. *Educação ambiental crítica: do socioambientalismo às sociedades sustentáveis*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 35, n.1, p. 145-163, jan./abr. 2009. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022009000100010>

LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária. LOUREIRO, C. F. B., LAYRARGUES, P. P., CASTRO, S. de C. (Org) *Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002. p.69-98.

_____, C. F. B. Educação ambiental transformadora. In: LAYRARGUES, P. P. *Identidades da Educação Ambiental Brasileira*. Brasília: MMA, 2004.

_____, C. F. B. Premissas teóricas para uma educação ambiental transformadora. *Ambiente e Educação*, Rio Grande, v. 8, p. 37-54, 2003.

_____, C. F. B. Educação ambiental crítica: contribuições e desafios. In: Mello, S. S. de; Trajber, R. *Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola*. Brasília: MMA, 2007.

REIGOTA, M. *O que é educação ambiental*. São Paulo: Brasiliense, 2012.

RIBEIRO, E. A. A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa. *Evidência: olhares e pesquisa em saberes educacionais*, Araxá/MG, n. 04, p.129-148, maio de 2008.

Recebido em: 11/10/2018

Aceito para publicação em: 26/11/2019